

CAPÍTULO 6

IDEOLOGIAS POLÍTICAS PRESENTES EM ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA DO CLUBE DA AERONÁUTICA NO CONTEXTO DA DESTITUIÇÃO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEF EM 2016

Data de submissão: 28/10/2024

Data de aceite: 02/12/2024

Humberto José Lourenção

Bacharel e licenciado em Filosofia (PUC/PR) e em Psicologia (UFPR); especialista em Filosofia da Educação (PUC/PR); especialista em Gestão pública (FAAP); mestrado em Ciência Política (UNICAMP) e doutorado em Ciências Sociais (UNICAMP); pós-doutorado em Psicologia (USP); pós-doutorado em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); professor titular de Relações Internacionais da Academia da Força Aérea (AFA)

revigorou o debate sobre o papel que cabe às Forças Armadas no Estado democrático de direito. Esta discussão se tornou ainda mais necessária porque a somatória destes eventos acirrou a percepção por parte de vários setores organizados da sociedade civil, incluindo o ambiente acadêmico, de que o país esteve ou pode estar sob risco iminente de uma nova ruptura institucional, com participação direta das Forças Armadas. Acrescente-se que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) de oito de janeiro, cujo relatório final indiciou vários chefes militares por atentado contra o Estado Democrático de Direito, confirmou a existência de uma minuta de golpe que circulava durante os estertores do governo Bolsonaro. Dentro deste debate torna-se muito oportuna a investigação das ideologias políticas que percorrem o interior das casernas, tanto em escolas de formação como em organizações que abrigam militares da reserva, dado que nestas últimas os militares estão mais à vontade para manifestarem suas expressões de cunho político. Neste sentido, o objetivo deste estudo foi o de analisar as narrativas políticas contidas nos artigos da revista publicada pelo Clube da Aeronáutica, denominada “Revista da

RESUMO: A partir do fim do governo da presidente Dilma, em 31 de agosto de 2016, houve um significativo e crescente aumento da projeção de militares das Forças Armadas (FFAA) na cena política nacional, tanto no plano institucional como no plano social. O aumento desta interferência de militares das FFAA na política nacional, culminando em sua ostensiva participação na intentona golpista de oito de janeiro de 2023, após meses de leniência em relação às manifestações golpistas de extrema-direita ocorridas em acampamentos próximos a quartéis do Exército Brasil afora,

Aeronáutica” com o intuito principal de apreender os principais matizes político-ideológicos contidos em tais artigos. A análise percorre o período entre 2012 e 2016. O período, portanto, inicia-se com a implantação da Comissão da Verdade no governo Dilma em 2012, que gerou grande descontentamento no interior da caserna, esse encerra com sua saída em 2016, que desencadeou um aumento significativo da participação das Forças Armadas na cena política nacional. Permeando este contexto histórico está a Operação Lava-Jato, iniciada pelo Ministério Federal em março de 2014, e o movimento criado a partir dela, denominado lavajatismo. Pôde ser observado que todas as edições desta revista trazem artigos que expressam, de forma aberta e contundente, a cosmovisão política dos militares, com destaque para a ideologia anticomunista, refletida na maioria dos escritos.

PALAVRAS-CHAVE: Forças Armadas. Ideologias. Estado. Democracia.

INTRODUÇÃO

A partir do fim do governo da presidente Dilma, em 2016, houve um significativo e crescente aumento da projeção de militares das Forças Armadas (FFAA) na cena política nacional, tanto no plano institucional como no plano social. No primeiro, tal aumento pode ser evidenciado pelo ressurgimento do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e pela nomeação do general de exército Walter Braga Neto como interventor federal no estado do Rio de Janeiro, ambos ocorridos no governo Temer (2016-2018) e atinge sua máxima expressão com a alta presença de militares em áreas estratégicas do governo Bolsonaro (2019-2022), com uma média de seis mil oficiais da ativa e da reserva ocupando cargos comissionados na administração direta e indireta do governo federal. Quanto ao plano social, percebe-se também um aumento muito intenso da participação de oficiais militares em assuntos políticos do debate nacional, notadamente em manifestações via grande imprensa e, ainda maior, via redes sociais virtuais. Exemplo emblemático desta interferência militar na política do país se encontra no famigerado *twitter* do então comandante do Exército, general Villas Bôas, publicado em abril de 2018, dois dias antes do julgamento de um *habeas corpus* do presidente Lula pelo Supremo Tribunal Federal (STF), cuja clara intenção era a de constranger a decisão de ministros do STF.

O aumento desta interferência de militares das FFAA na política nacional, culminando em sua ostensiva participação na intentona golpista de oito de janeiro de 2023, após setenta dias de leniência em relação às manifestações golpistas de extrema-direita ocorridas em área militar, em acampamentos próximos a quartéis do Exército Brasil afora, revigorou o debate sobre o papel que cabe às Forças Armadas no Estado democrático de direito. A hipótese de uma ruptura institucional com a participação direta das Forças Armadas mostrou-se verossímil diante da ofensiva feita por parte de vários generais, inclusive ocupantes do cargo de Ministro da Defesa da gestão Bolsonaro, ao processo eleitoral brasileiro que elegeu o presidente Lula, questionando a lisura de suas instituições e procedimentos. A interpretação enviesada do Artigo 142 da Constituição Federal que atribui às Forças Armadas, de forma errônea, o papel de um “poder moderador”, que poderia

intervir no contexto político nacional para corrigir “os rumos da nação”, que foi distribuída à exaustão em mensagens de redes sociais, trouxe também prejuízos à confiança nas Forças armadas, prejudicando em muito sua credibilidade.

Esta discussão se tornou ainda mais necessária porque a somatória destes eventos acirrou a percepção por parte de vários setores organizados da sociedade civil, incluindo o ambiente acadêmico, de que o país esteve ou está sob risco iminente de uma nova ruptura institucional, com participação direta das Forças Armadas. Dentro deste debate torna-se muito oportuna a investigação das ideologias políticas que percorrem o interior das casernas, tanto em escolas de formação como em organizações que abrigam militares da reserva, dado que estes estão desobrigados legalmente de conterem suas expressões de cunho político.

Neste sentido, o objetivo deste estudo foi o de analisar as narrativas políticas contidas nos artigos da revista do Clube da Aeronáutica, denominada “Revista da Aeronáutica” com o intuito principal de apreender os principais matizes ideológicos contidos em tais artigos. A análise percorre o período de 2012 a 2016, totalizando 18 revistas, dado que foram publicadas quatro revistas em quase todos os anos do período. Assim, o período abordado situa-se entre a implantação da Comissão da Verdade no governo Dilma, que gerou grande descontentamento no interior da caserna, e a saída da presidente petista, em 2016. Durante este período o principal acontecimento que despertou o interesse de autores da revista foi a Operação Lava-Jato, iniciada pelo Ministério Federal em março de 2014, e o movimento criado a partir dela, denominado lavajatismo. Tal movimento, que também se expressa pelo denominado antipetismo e pela bandeira anticorrupção seletiva, inspirou vários artigos publicados pela revista durante o período analisado. Em oposição, não se faz qualquer menção crítica ao lavajatismo, mesmo com as várias suspeitas, desde 2015, de conduta irregular da Operação Lava Jato e seu uso como instrumento imperialista de ameaça à soberania nacional. (Fernandes, 2024).

Não obstante o art. XII do estatuto do Clube da Aeronáutica informar que é dever do associado abster-se de promover no Clube qualquer manifestação sectária com caráter político-partidário, religioso ou racista, pôde ser observado que todas as edições da revista trazem artigos que expressam, de forma aberta e contundente, a cosmovisão política dos militares. Fazem-se parênteses aqui: em função dos valores de hierarquia e obediência reiteradamente reforçados na instituição militar, as opiniões e posições sobre temas sociais, econômicos e políticos emitidos por oficiais de alta patente das FFAA, mesmo os da reserva, têm grande impacto sobre seus subordinados, atuais ou pretéritos. Assim, nas revistas há mais matérias tratando de temas da conjuntura política do país, do que artigos que tratam de questões mais técnicas de defesa aérea ou mesmo de defesa estratégica.

Nos artigos de expressão de ideologia política há a hegemonia da ideologia liberal e anticomunista, em suas várias expressões, presentes tanto em artigos de opinião como nos próprios editoriais das edições. A ideologia liberal é entendida aqui em seu aspecto

econômico, em que os artigos deixam transparecer um alinhamento direto com o que se denomina “Consenso de Washington”, que em geral, não defende o protagonismo do Estado na condução do desenvolvimento econômico do país, mas, ao invés, preconiza os investimentos estrangeiros diretos, as privatizações de serviços públicos (com exceção da área de defesa, obviamente), a austeridade fiscal, a desregulamentação da economia, o livre comércio e o corte de despesas governamentais em geral. Complementarmente, os artigos se posicionam de forma bastante crítica ao governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em especial em suas pautas que representam o campo popular, dito progressista ou de esquerda.

Segundo MOTTA (2002), no Brasil o “anticomunismo” congrega um conjunto diversificado de forças políticas e sociais: cristãos conservadores, social-democratas, liberais, empresários, nacionalistas, fascistas e, sobremaneira, militares. Ele congrega estes diferentes setores da sociedade em razão do que eles têm em comum: o medo e a aversão a processos de transformação sócio-cultural que pretendem corrigir as injustiças sociais. Neste sentido o anticomunismo é a ideologia típica de grupos conservadores no que se refere à ordem hierárquica, a valores morais, e ao regime econômico vigente. A famigerada “ameaça comunista” é acionada ao menor sinal de medidas de combate à desigualdade econômica que resultem em ascensão social de setores populares e serve para legitimar medidas excepcionais e antidemocráticas para combatê-la. (MOTTA, 2002).

Nos dias atuais, em razão do processo histórico de perseguição constante a militares cujos pensamentos expressam aspectos da visão socialista ou mesmo do campo da esquerda, predomina no interior da caserna a ideologia anticomunista, em suas várias manifestações. Tal ideologia se manifesta: a. na ferrenha oposição aos trabalhos de levantamento dos crimes de assassinato, tortura e outros, cometidos por agentes da ditadura iniciada em 1964; b. no combate ao que oficiais das FFAA denominam “marxismo cultural”, que seria uma estratégia de dominação ideológica de esquerda, reproduzido amiúde nas universidades, aos moldes do que chamam de “hegemonia gramsciana”; c. criminalização de movimentos sociais; d. oposição à articulação com países latino-americanos que fazem alguma resistência à influência estadunidense no continente, incluindo uma condenação raivosa da articulação de partidos de esquerda da América Latina denominada Fórum de São Paulo; e. defesa de alegados “valores tradicionais”, contra a pauta de direitos humanos. Sob o guarda-chuva do anticomunismo frequentemente se posicionam contra as medidas que buscam combater o machismo a homofobia e o racismo estrutural; preconizam a escola cívico-militar e “sem-partido”, criticando a educação sexual nas escolas; por fim, defendem o Estado mínimo para a população, com privatizações amplas, incluindo de setores estratégicos e a diminuição de oferta de serviços de saúde e educação, que passariam a ser pagos por usuários diretos. (LOURENÇO, 2020).

RELACÕES CIVIL-MILITARES NAS SOCIEDADES DEMOCRÁTICAS

Um dos maiores desafios do Estado democrático de direito é prover níveis satisfatórios de segurança institucional e defesa nacional, enquanto se enaltece a soberania popular, preservando amplos direitos de organização e manifestação da sociedade civil organizada, através de suas várias associações e movimentos sociais. Para isto, é fundamental que as definições das políticas de defesa e segurança estejam sob a responsabilidade das instituições democráticas do poder político, cabendo à oficialidade das Forças Armadas, seguindo as orientações advindas do poder político, somente dirigir a estrutura militar que executa a política de segurança militar. Assim, a burocracia militar deve ser composta segundo critérios baseados na competência técnica, para que tenha condições de prestar uma assessoria técnica bem embasada. Ou seja, o regime democrático demanda a supremacia do poder político, legítimo e representativo, impondo que as Forças Armadas, assim como todas as outras seções não-eleitas do Poder Público, sejam subordinadas aos funcionários eleitos, de acordo com o ordenamento jurídico e institucional estabelecido. Em resumo, o controle civil sobre os meios militares é essencial para a democracia.

Para Huntington (1996), além do valor democrático, a segurança nacional e a supremacia civil estarão mais bem asseguradas por militares que cultivam seus valores organizacionais autônomos em uma instituição politicamente neutra e profissional, entretidos em desenvolver e aprimorar sua perícia funcional de instrumentos de guerra e dissuasão. Segundo esse princípio da subordinação do poder militar ao poder civil, as organizações militares devem se manter neutras em termos de orientação partidária ou governamental. Isto inclui que a intervenção do poder militar no plano nacional ou no campo das relações internacionais deve derivar exclusivamente de decisão do poder político, na condição de instrumento da força estatal, jamais em decorrência de decisão institucionalmente autônoma. (PRZEWORSKY, 1989).

Segundo Finer (1962), apesar da falta de legitimidade e de habilidade técnica das Forças Armadas para administrar o Estado, o profissionalismo não garante que os militares não intervenham na política. Ainda segundo Finer (1962), contrariando Huntington, as Forças Armadas somente se abstêm de intervir na política quando são formados em cultura democrática, de respeito ao princípio da supremacia civil. Seguindo a mesma lógica, Rouquié (1991), tratando da América Latina, constatou ser equivocada a tese de que a profissionalização do corpo de oficiais seria garantia de apolitismo. Pelo contrário, para Fitch (1998), as Forças Armadas têm se auto-atribuído as tarefas históricas de edificação de um projeto nacional, concomitantemente à responsabilidade por funções de defesa interna e de segurança pública. A situação se agrava na medida em que a proposição de tal projeto nacional, tal como consta no documento “Projeto de Nação”, coordenado pelo General Luiz Eduardo Rocha Paiva, editado pelo Instituto Sagres, com apoio dos institutos General Villas Boas e Federalistas, não contempla a consolidação, extensão e aprofundamento do

estado democrático de direito ao conjunto da população brasileira. Pelo contrário, o referido documento previa uma maior exclusão das camadas populares da participação na riqueza nacional coletivamente produzida, incluindo a cobrança de mensalidade em universidades públicas e no Sistema Único de Saúde (SUS).

OS MILITARES NA POLÍTICA BRASILEIRA A PARTIR DA REDEMOCRATIZAÇÃO

Por iniciativa própria e de forma ilegítima, os militares têm intervindo na política brasileira desde o fim do Império, agindo diretamente na proclamação da República, revolução de 1930, implantação e queda do Estado Novo e golpe de 1964. Este último, iniciado com a derrubada do governo de João Goulart, implantou um regime autoritário e ditatorial cujas características foram: implantação de um sistema bipartidário; supressão de eleições diretas para presidente da República (sendo que, durante o regime, todos os presidentes foram generais de Exército), governadores e prefeitos das capitais e de várias cidades de interesse estratégico; restrição de direitos políticos, com julgamento de ações políticas pela Justiça Militar e suspensão de *habeas-corpus*; e repressão política. (OLIVEIRA & SOARES, 2000). O embasamento ideológico para o golpe de 1964 se encontra no movimento anticomunista já bastante predominante no interior das Forças Armadas daquela época. Tal arcabouço ideológico forneceu sustentação para os valores conservadores da classe media e justificou a quebra da legalidade por parte dos militares insubordinados, sendo capaz de aglutinar as mais diversas forças de oposição ao governo Jango. (LOURENÇÂO, 2020).

Por seu turno, o processo de redemocratização na política brasileira de fins da década de 1980, feito de forma “pactuada” na arena político-partidária em razão da não mobilização dos movimentos sociais, impediu que mudanças substantivas na reordenação constitucional da função das Forças Armadas ocorressem. Ou seja, não foram inseridos mecanismos que subordinassem as Forças Armadas ao poder civil, o que seria desejável em um regime democrático. Pelo contrário, o *lobby* militar junto à constituinte de 1986, garantiu os termos do artigo 142 da Constituição Federal de 1988 que atribui o papel de garantidores dos poderes constitucionais, além de mantenedores da lei, da ordem e da segurança pública em casos excepcionais. A histórica preponderância política das Forças Armadas dificultou a aceitação de que devessem constitucionalmente se restringir à defesa externa do país. (OLIVEIRA & SOARES, 2000). Dentre outros mecanismos, um dos principais seria instituir um melhor controle do ensino que ocorre nas academias de formação de oficiais de carreira das Forças Armadas, notadamente a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), a Escola Naval e a Academia da Força Aérea (AFA). A legislação sobre o ensino militar impede que haja uma ingerência civil, por exemplo, do Ministério da Educação, sobre a qualidade do ensino nas escolas militares.

Nos anos finais da ditadura, já havia a preocupação por parte dos generais governistas

de que futuros governos civis instalassem processos legais para julgar e condenar os crimes praticados durante o regime militar. Houve então, após a redemocratização iniciada em 1985, uma pressão enorme sobre a classe política, particularmente na constituinte instalada em 1986, para que as Forças Armadas mantivessem os privilégios de permanecerem fora do controle do poder político. Como resultado, a Constituição Federal de 1988, em vez de restringir o papel das FFAA à defesa nacional, manteve o seu papel histórico, ilegítimo, de guardiãs dos valores constitutivos da sociedade e responsáveis últimos pela manutenção da lei, da ordem, da segurança e das instituições nacionais e republicanas.

Esta falta de enquadramento das Forças Armadas ao controle político e civil à época da redemocratização, e a falta da condenação aos graves crimes de assassinato e tortura do período ditatorial, foram situações mal resolvidas que até hoje assombram o país e seu processo sócio-político. Mesmo a criação, em 1999, do Ministério da Defesa (MD), que esteve sob o comando de um ministro civil até o governo Bolsonaro, não significou um divisor de águas para a consolidação da subordinação militar. Ainda que as boas relações estabelecidas com as FFAA durante os governos de presidentes do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2000 e 2016, fizeram parecer que a democracia brasileira estava mais solidificada, com a aparente subordinação dos militares ao controle civil, viu-se depois que a realidade era outra. Naquela época, a ideologia anticomunista apresentava estar restrita a pequenos grupos extremistas de direita, em manifestações esporádicas de militares de reserva, principalmente aqueles articulados em torno do Clube Militar (FREIXO, 2018), mas na verdade ela estava sendo acalentada em toda a corporação e reproduzida na formação dos novos oficiais. Pode-se afirmar que todas as expressões da ideologia anticomunista, segundo o imaginário militar, continuaram a ser desenvolvidas no interior da caserna durante este período. As expressões da ideologia anticomunista incluem: a criminalização de movimentos sociais; a defesa do neoliberalismo; a crítica às políticas sociais governamentais; a oposição às pautas de direitos humanos que se traduzem em combate ao machismo, ao racismo estrutural, à homofobia e em defesa dos povos originários; mentalidade econômica ultraliberal, em oposição ao modelo de desenvolvimento econômico protagonizado por investimentos públicos.

Por isto, já no segundo governo Dilma (2014-2016) notou-se certo ressurgimento do ativismo político de membros das FFAA que aumentou na gestão Temer e culminou no governo Bolsonaro. No período pós 2014, em paralelo à intensa exploração midiática seletiva de episódios de corrupção política envolvendo o principal partido de esquerda do país, o PT - fomentando dois importantes movimentos ideológicos: o lavajatismo e o antipetismo - houve também um incremento maciço do ativismo político de militares das FFAA, bastante publicizado em Redes Sociais, como *Twitter*, *Whatsapp*, *Telegram*, *Instagram* e *Facebook*. Velhas bandeiras, típicas dos anos de 1950 e 1960, defendendo o combate à corrupção e ao comunismo, voltaram à tona. Ao mesmo tempo, soube-se depois que parcela expressiva de oficiais tramou uma intervenção militar em razão da eleição do

presidente Lula em 2022. (PODER 360, 2023).

Além da enorme presença de oficiais em redes sociais e na grande mídia, a participação direta de militares da ativa e da reserva no governo Bolsonaro foi incrivelmente aumentada. Segundo dados de 2019, membros das Forças Armadas ocupavam a chefia de oito ministérios: Secretaria-Geral da Presidência; Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Governo; Defesa; Infraestrutura; Minas e Energia; Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e Controladoria Geral da União. Ainda neste período, havia militares em posições de direção ou em conselhos de administração de algumas das maiores empresas estatais do país, tais como: Petrobras, Eletrobrás, Itaipu Binacional, Telebrás, Correios e EBSERH. Além dessas, muitos militares das FFAA ocuparam postos importantes em diversos ministérios, como Educação (em áreas ligadas ao Ensino Superior); Saúde (especificamente na Anvisa), Agricultura (ocupando o Incra), Direitos Humanos (ocupando a Funai); Cidadania (ocupando a pasta responsável pelos Esportes); no Desenvolvimento Regional (Defesa Civil). (LOURENÇÂO, 2022).

O PENSAMENTO POLÍTICO NA REVISTA DO CLUBE DA AERONÁUTICA

Em geral, as revistas dos clubes das Forças Armadas tratam aberta e recorrentemente de assuntos que permeiam a política nacional e internacional, contendo muitos artigos de opinião que comentam e reagem aos principais acontecimentos políticos da vida nacional, principalmente os abordados pela imprensa tradicional. Assim, nos anos 1990, as revistas do Clube da Aeronáutica manifestaram posição contrária à criação do Ministério da Defesa e à lei de indenizações às vítimas dos crimes perpetrados pelo regime militar. A partir dos anos 2000, com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal, o ativismo político dos clubes, tal como expresso em suas revistas, foi ainda mais acintoso, amplificando a voz da imprensa conservadora na condenação antecipada ao que denominavam “escândalo do Mensalão” e fazendo ferrenha oposição a basicamente todos os temas conduzidos pela esquerda e pelo campo progressista e popular do país.

Especificamente sobre a “Revista da Aeronáutica” dentro do período analisado foram 18 edições, sendo que cada uma tem em média 35 páginas, com dois a três artigos que versam sobre questões históricas, políticas, econômicas e sociais. Os demais artigos trazem: assuntos técnico-militares; relatos de memórias de vivências pessoais e/ou familiares, geralmente contando casos de décadas atrás, normalmente expressando valores morais; relatos que afirmam a grandiosidade da FAB e dos bons serviços prestados ao país, no passado e no presente; e, por fim, os informes sobre o funcionamento do clube e eventos sociais que ocorreram/ocorrerão no período.

Especificamente nas edições da revista do clube da Aeronáutica, foram encontrados conteúdos políticos que podem ser assim resumidos e organizados: apologia do golpe de 1964, tratando-o como contra-revolução; condenação dos governos de países socialistas,

retratados aqui como ditaduras comunistas sanguinárias congregadas no Fórum de São Paulo; apologia às políticas e ideias neoliberais; crítica à Comissão Nacional da Verdade (CNV), taxada como revanchista e parcial; e, por fim, críticas ao STF em seu papel constitucionalista e à denominada “ditadura da toga”.

ATAQUES À DENOMINADA “AMEAÇA COMUNISTA”, CRÍTICAS À COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV) E APOLOGIA AO GOLPE DE 1964.

Entre as 18 edições analisadas da Revista da Aeronáutica é lugar comum retratar o Golpe civil-militar de 1964 como sendo uma “revolução” ou ainda uma “contrarrevolução”. Passa-se ao largo da denominação que a grande maioria de cientistas políticos, historiadores e estudiosos do tema em geral assumem como correta para caracterizar o atentado que a elite militar dirigiu contra o mandato do presidente João Goulart no ano de 1964. Já na primeira edição da revista publicada em 2012 (número 278), traz um artigo de opinião criticando a CNV, não sem antes informar que “[...] Recentemente, na vida política de nosso país, tentou-se implantar um regime político de natureza comunista, sob a capa de mero sindicalismo”; sendo que naquela situação (1964) as Forças Armadas “detiveram o monstro vermelho”. Em outras palavras, prevalece a versão de uma contrarrevolução (que teria contido uma revolução comunista) em vez de caracterizar a ação das Forças Armadas (FFAA) em 1964 como um golpe ao Estado Democrático de Direito que prevalecia até então. Em crítica velada à CNV o artigo prossegue afirmando que “apesar de meia dúzia de presunçosos que querem impor uma pretensa verdade”, [...] “melhor seria despertar para a grandeza do Brasil, acima das disputas ideológicas e de brasileiros contra brasileiros, alicerçados em nossos valores para buscar a prevalência dos interesses nacionais”. Observa-se aqui uma reificação da expressão “interesse nacional”, anula-se a ideia de que há conflitos sociais e de classe e coloca as FFAA como expressão maior e legítima representante do tal “interesse nacional”. Enquanto isto, os interessados em levantar e investigar os crimes da ditadura militar pós 1964 seriam presunçosos “donos da verdade”, interessados em quebrar a harmonia do país.

Na edição seguinte (279), têm-se novamente a referência de “contra-revolução comunista” ao golpe de 1964, em artigo de um tenente-coronel da reserva do Exército. A edição 288 traz artigo denominando a Comissão da Verdade como “Comissão da Parcialidade ou do Revanchismo”, declarando que “o objetivo maior da comissão consiste em um ataque à própria Instituição Militar, procurando incompatibilizá-la com os cidadãos brasileiros”. A edição 283 da revista prossegue com um artigo em que se questiona se a Comissão da Verdade seria uma “só retaliação”. Se bem que se fosse só retaliação, no sentido de represália, já seria justificável, pois o senso de justiça, existente quando, por exemplo, o poder público encarcerava uma pessoa por um crime cometido, baseia-se, além de em um processo educativo, também em uma retaliação, uma punição ao criminoso. No início do artigo o autor informa que nunca presenciou ato de tortura e que tem plena

convicção de que os presidentes do regime militar pós 1964 nunca aceitariam atos de tortura. A primeira afirmação nada sustenta, porque o fato de um oficial militar não ter presenciado nenhuma tortura não significa que elas não tenham existido. A segunda sabe-se ser equivocada, tal como documento secreto da CIA revelado em 2018, em que afirma que até o Gen. Geisel, tido como o mais moderado entre os presidentes militares, ordenou a execução de opositores. O que já era sabido, pois em 2014 o relatório final da Comissão da Verdade responsabilizava 377 pessoas por crimes cometidos durante a ditadura militar, estando Geisel nesta lista. Aqui, contradiatoriamente, traz a negação de torturas e assassinatos praticados pelo regime e, ao mesmo tempo, uma justificativa para eles, dado que preconiza uma investigação do “que a vítima fazia antes de ser presa”. O tipo de artigo, muito comum nas edições da revista, que nos faz perceber que o desejável reconhecimento da responsabilidade institucional das Forças Armadas pelos crimes praticados no regime militar está longe de ocorrer.

A edição 278 traz um artigo com duras críticas ao Levante Comunista de 1935, denominado aqui de “Intentona comunista”. O artigo traz que maus militares, “corrompidos por intensa doutrinação marxista”, desprezaram a hierarquia e a disciplina, e descumpriram seu sagrado juramento para com a Pátria. Finaliza enaltecedo os militares que combateram esta ameaça comunista. Observa-se aqui, mais uma vez, que a revolta comunista de 1935 foi submetida à intensa criminalização e desmoralização (a denominação “intentona” faz parte deste esforço de desmoralização) nas décadas subsequentes à sua derrota (LOURENÇO, 2020).

A edição 280 traz em seu editorial intitulado “Atuais ameaças ao Estado brasileiro” de autoria do presidente do Clube da Aeronáutica, uma série de críticas ao governo federal. Uma das mais contundentes seria quanto à política externa, sobre a qual escreve: “[...] Pusilanimidade do governo, ao ceder às pressões internacionais de toda ordem, devido a um alinhamento equivocado com governos de esquerda, no continente americano e no mundo (Cuba, Venezuela, Bolívia, Equador, Peru, Irã etc.)”. O editorial parece ignorar que a Constituição Federal em seu artigo quarto declara que “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”. O ataque ao governo continua na pauta dos povos originários, pois estariam ocorrendo “[...] absurdas cessões de propriedades nas regiões desenvolvidas para pretensos grupos quilombolas e de vastas áreas decorrentes das demarcações de reservas indígenas, na Amazônia, áreas estas fartas de recursos estratégicos raros e de valor inestimável.” Aqui se questiona a legitimidade dos movimentos sociais de quilombolas, mas nada se diz sobre o avanço do agronegócio e do garimpo ilegal sobre estas mesmas áreas. Como ocorre em praticamente todas as edições da revista, nesta há também um artigo fazendo apologia ao golpe de 1964, atacando a famigerada “ameaça comunista”, desta vez informando que os opositores do golpe não lutaram pela democracia e sim pela “ditadura do proletariado”, demonstrando

um desconhecimento do contexto do conceito desta última expressão, tal como encontrada na teoria marxiana.

A edição seguinte, 281, traz artigo que critica o fato de que muitas pessoas se declaram socialistas, informando que isto é um modismo equivocado. Assim, por exemplo, padres da igreja não poderiam jamais se declarar socialistas na medida em que o socialismo e o cristianismo seriam ideologias excludentes, ou seja, não conciliáveis. Em resumo, ao declarar-se socialista uma pessoa conseguiria se eximir de ser taxada de “comunista”, porém, expressando ideias deletérias que se confundem com o comunismo. Novamente, há um entendimento enviesado das elaborações teóricas que definem socialismo, em que se pega uma definição absolutista e a generaliza. Se isto for feito com outras doutrinas, adotar uma visão parcial e absolutista, poderia se afirmar que militarismo e cristianismo não se coadunam, contradizendo os fatos históricos. Vide por exemplo, o caso da Rússia, com um dos exércitos mais poderosos do mundo, com combatentes seguidores fervorosos do cristianismo ortodoxo.

A edição 282, a primeira a ser publicada em 2013, já em seu editorial traz toda a velha, cansativa, reiterada e equivocada retórica de defesa do golpe de 1964. O editorial vem assinado por três generais, das três forças. Segundo o mesmo, as Forças Armadas tiveram participação decisiva na história do país “[...] em todas as ocasiões em que, por clamor popular ou respeito à legislação vigente, se fez necessária a sua intervenção para assegurar a integridade da Nação ou restabelecer a ordem, colocada em risco por propostas contrárias à índole ou ao modo de vida do Brasileiro”. (p. 5). Em outras palavras, o editorial justifica o golpe, a quebra da ordem institucional, pelo “clamor popular” e pela “legislação vigente”, sendo que nenhum dos dois elementos estava presente à época. O editorial continua tecendo críticas à Comissão Nacional da Verdade (CNV), que estaria punindo apenas os crimes praticados pelos agentes do Estado, sem considerar os “hediondos crimes praticados por seus militantes”, referindo-se aos militantes que se opuseram ao golpe e que estavam na clandestinidade por força das ações do próprio governo autoritário.

A edição 288 em artigo intitulado “Desmoralizar as Forças Armadas”, repete a afirmação de que os membros da CNV não agem com isenção. Também afirma que tais membros “fazem acusações gravíssimas a militares, da prática de atos de torturas e assassinatos” e que tais acusações, destaca pela imprensa em geral, “criam em todos os jovens brasileiros, civis ou militares, um sentimento de repúdio a todos os integrantes, da ativa ou na inatividade, das Forças Armadas do Brasil”. O autor arremata o artigo afirmando que “Parece que tal Comissão tem, como único objetivo, tentar desmoralizar as Forças Armadas”. Percebe-se neste texto uma grande preocupação com a imagem da instituição das FFAA, em vez de uma preocupação maior com a justiça que deve ser feita ao país pelos crimes praticados pelos agentes da ditadura.

Em artigo da edição 288 ataca-se novamente a tentativa de revisão da Lei da Anistia e a criação da Comissão da Verdade, “cujos membros foram escolhidos unilateralmente

pelos perdedores do conflito interno das décadas de 1960 e 1970”. Isto não sem antes afirmar que os comandantes militares “[...] vêm seguindo os preceitos da Carta Magna à risca, dando prioridades aos assuntos operacionais, preparando as Forças Armadas para atuarem na defesa da Pátria e na manutenção da lei e da ordem nacionais, caso venham a ser acionadas por um dos poderes da República”. O artigo é uma contradição em si, pois se fosse verdade que os comandantes militares estariam somente entretidos com seus afazeres operacionais, este tipo de artigo de opinião política não teria sido produzido e estaria sendo veiculado por uma instituição militar. O artigo finaliza conclamando a todos a se unirem em defesa da lei da anistia. Ora, como se sabe, o projeto que deu origem à Lei da Anistia foi redigido pela equipe do general Figueiredo, sendo que o Congresso Nacional o discutiu e aprovou em apenas três semanas, apesar de ser muito controverso e repleto de críticas. (AGÊNCIA SENADO, 2019). Dado que o governo ditatorial tinha a maioria no congresso, sendo o MDB o único partido de oposição, a lei assegurou o perdão aos militares que cometiveram abusos em nome do Estado desde o golpe de 1964, incluindo a tortura e a execução de adversários da ditadura. Na ocasião, a “oposição concluiu que seria melhor ficar com a anistia do governo do que não ter anistia nenhuma”. (AGÊNCIA SENADO, 2019). Ou seja, a correlação de forças dava vantagens aos militares que basicamente se autoanistiaram; o que não significa que a lei não possa ser revista e que os militares criminosos sejam enfim julgados e condenados.

A edição 289 também traz artigo lamentando que, enquanto na França o Gen. Charles de Gaulle é venerado “por ter salvado a França do nazismo”, no Brasil os “Militares sofrem todo tipo de constrangimentos ilegais, injúrias, difamações e calúnias, porque salvaram o Brasil do comunismo e, principalmente, para não possam voltar a fazê-lo, quando isso se tornar necessário, uma vez mais.” Este simples excerto revela toda a mentalidade reinante na revista, ora expressa ora implícita, que o Golpe de 1964 foi, na verdade, um bom serviço prestado pelos militares para salvar o país do comunismo e que cabe aos militares estarem acima dos demais poderes da república para voltar a interferir na vida democrática do país quando julgarem necessário. Enfim, uma formulação que não condiz com o fundamento de subordinação do aparato militar ao poder político, típico e desejável em regimes democráticos.

ANTIPETISMO E DEFESA DA AGENDA NEOLIBERAL E DA BANDEIRA ANTICORRUPÇÃO

A edição 282 traz um artigo intitulado “Uma sociedade adolescente”, que se propõe a discutir a propalada “crise de valores” da sociedade atual, mas que se limita a enunciados rasos de críticas a líderes progressistas de países da América Latina Chávez, Morales, Corrêa, Kirchner e Lula. Na verdade, o artigo não traz nenhuma fundamentação, nenhum argumento; só traz algumas reflexões sobre o que seria uma sociedade adolescente e

parte para a ofensa gratuita. O artigo também não poupa Oscar Niemeyer, que não seria um grande humanista pelo fato do arquiteto reverenciar Stalin. Sem mais delongas e carecendo de qualquer argumentação consistente ou análise histórica, o artigo conclui que “o comunismo foi o sonho adolescente de intelectuais [...]. Combatê-lo é um dever moral. Hoje ele se adaptou, mudou, mas ainda sobrevive como socialismo bolivariano”. (p. 10). Enfim, o artigo segue o mesmo tom de inúmeros outros, presentes em basicamente todas as edições da Revista da Aeronáutica, qual seja: reproduzir a ideologia anticomunista, na qual se inserem o antipetismo e a aversão às pautas progressistas em favor de melhor distribuição de renda.

A edição 282 traz um artigo criticando a política econômica do governo Dilma, pleiteando redução de impostos e melhoria da infraestrutura para os negócios, além de “Justiça mais confiável e mais rápida, [...] mão de obra mais treinada e mais eficiente, isto é: mais educação profissional e mais investimentos estruturantes em infraestrutura. Além disso, seria conveniente pôr em execução a reforma tributária”. Em resumo, reproduz a agenda neoliberal de renúncia fiscal do governo, desoneração do capital e precarização do trabalho. A defesa desta agenda é uma constante em vários artigos da revista.

A edição 283 inicia com editorial criticando o programa “Mais médicos”, que previa suprir a carência de médicos em localidades remotas do país com profissionais estrangeiros, majoritariamente cubanos. O editorial declara “Assusta-nos essa estranha iniciativa, a qual representa uma verdadeira invasão de profissionais estrangeiros de capacidade e intenções não bem definidas [...]”, insinuando que os profissionais médicos estariam no Brasil para outras atividades ideológicas para além das atividades técnicas inerentes à profissão médica. Levanta-se o questionamento de que o governo, com este projeto, tenha “objetivos não declarados” de influenciar “o comportamento político dessas populações simplórias e menos favorecidas do interior”, para isto fazendo uso de agentes de um país que “ainda vive em um regime plenamente socialista”. Sem fazer qualquer alusão à questão da precariedade que há no atendimento de saúde no interior e o que fazer para resolvê-la, o artigo manifesta “apreensão” ao citar o “filósofo comunista Antonio Gramsci que preconiza a conquista do poder integral de uma nação por meio da mudança de mentalidade das pessoas”. Enfim, o editorial sugere que a real intenção deste programa governamental seria a conversão das pessoas ao comunismo e não o atendimento médico. Trata-se de suspeições infundadas, sem qualquer base na realidade, e irresponsáveis, principalmente para com as pessoas que compõem o público-alvo deste programa governamental.

A edição 288 retomando a pauta anticorrupção e a defesa da “ética”, “moral” e “os bons costumes na política”, relata que a presidente Dilma Rousseff governou “atolada na pequenez pouco saudável de um governo ora incompetente, ora corrupto”. Isto é escrito sem que se saiba sobre qualquer condenação judicial definitiva por corrupção no governo Dilma, ou mesmo indício a que “desvios éticos” seu governo estaria implicado. Após esta declaração não fundamentada o autor recomenda que a presidente Dilma abandone “o

discurso da luta de classes, distanciando-se [...] da Venezuela e de Cuba, que pretendem tornar todos os ricos, pobres” e que “sigo o exemplo dos ‘liberais’ dos Estados Unidos e da Alemanha, que querem tornar todos os pobres, ricos”. Observe que este discurso desconsidera, por um lado, a realidade concreta de empobrecimento da população trabalhadora destes países ditos “liberais” e, por outro lado, o bloqueio econômico imposto a Cuba e as Sanções econômicas à Venezuela.

A revista continua com um artigo intitulado “O risco bolivariano”, que declara seu antipetismo já na primeira linha, ao iniciar com a sentença: “com petistas, todo cuidado é pouco”. O artigo segue o padrão comum, típico dos artigos desta revista: não faz nenhuma análise sobre o tema que busca abordar; limita-se a esbravejar panfletariamente contra membros do Partido dos Trabalhadores (PT), contra Hugo Chávez e Nicolas Maduro; e por fim, critica o “relativismo moral” do socialismo.

A edição 284 traz um artigo que inicia com a frase “O Estado é sempre um mau empresário”, em defesa do ideário liberal de Estado mínimo. O texto desconsidera o debate sobre soberania estratégica, em que o interesse público deve prevalecer em setores estratégicos da economia nacional e que não cabe às empresas estatais serem avaliadas pelos mesmos indicadores das empresas privadas, nem serem geridas pela lógica do lucro ou do mercado. O artigo prossegue com a “A empresa estatal é, normalmente, um cabide de empregos para justificar salários mais elevados e acomodar aliados”, sem mencionar se as FFAA estão inclusas nesta crítica e se, portanto, deveria também ser privatizada ou terceirizada. O artigo, desta forma, desconsidera o papel e a importância do controle estatal de setores estratégicos como fator de segurança nacional. Desconsidera também o fato de que a grande maioria do funcionalismo público direto e das estatais ingressa nas carreiras de estado via concursos públicos rigorosos. Ademais, o artigo se propõe a exaltar princípios econômicos liberais, confundindo o de uso estratégico de estatais como Eletrobrás e Petrobrás como fatores de proteção da economia nacional com o mero uso das mesmas para controle de preços. Prosseguindo, o artigo menciona o “conhecido mau humor de Marx contra as empresas”. Ou seja, passa ao largo da crítica complexa da obra de Marx à acumulação capitalista, resumindo tudo a uma questão de indisposição de humor de Marx para com o capitalismo, para fazer apologia de uma proposta de desburocratização extrema do governo. O artigo encerra com mais críticas falaciosas, fazendo uso principalmente das falácias lógicas do espantalho e “ad hominem”, expressando platitudes como: Lula é menos culto que Dilma, que, por seu turno, é menos humilde que Lula.

A mesma edição traz artigo, reproduzido do jornal “O Globo”, intitulado “A queda”, no qual se afirma que é mentira que Lula seja um gênio da política e que o sucesso das gestões do presidente Lula não se deveu às capacidades do mandatário, mas a uma conjugação de fatores favoráveis, principalmente externos. Quer dizer, o artigo sustenta que o sucesso se deveu à sorte e não a uma boa gestão governamental. Entretanto, em 2013, segundo o artigo, a sorte começou a mudar, o ambiente econômico externo não

estaria mais favorável ao país e é neste contexto que se deve entender as manifestações populares contra a presidente Dilma, a quem o autor chama de “poste” e “criatura de Lula” que substituiu Lula. Enfim, não só neste artigo, mas em outros da revista, observa-se certa licenciosidade no tratamento conferido aos presidentes do país, tanto a Lula da Silva como Dilma Rousseff, que, segundo ao artigo 142 da Constituição Federal do Brasil, são os Comandantes Supremos das Forças Armadas. Trata-se de um comportamento incompatível com a honradez como valor da instituição militar. Por comparação, dificilmente a revista publicaria artigo contendo adjetivos como “poste” e “criatura” para se referir a um comandante militar, ou, como no artigo anterior, que comparasse qual comandante seria mais humilde ou mais culto que outro.

No artigo seguinte, tem-se a mensagem de que a sabedoria da vida estaria acima das lutas entre esquerda e direita, e que a indignação contra as farsas da política e contra a corrupção estaria acima destes rótulos. Desta forma, para o autor, a conclamação de Lula para que a militância ocupe as ruas e espaços conquistados pela direita soaria anacrônica. Enfim, o artigo reproduz a falácia de que a pauta anticorrupção, sempre seletiva contra partidos e políticos da esquerda, estaria acima das lutas ideológicas, quando na verdade, esta pauta foi operada para perseguição política e desqualificação do campo ideológico da esquerda. Exemplo emblemático desta perseguição se deu, mais tarde, contra a pessoa do presidente Lula, para que ele não concorresse nas eleições de 2018.

É interessante notar como a pauta anticorrupção ganhou bastante espaço na revista da aeronáutica a partir de meados do ano de 2013; no caso, seguindo a tendência do que ocorreu na mídia *mainstream*. O artigo “Focos de corrupção ameaçam os alicerces do Estado”, segue esta tendência, incluindo no artigo uma crítica ao “foro privilegiado”, que considera como fator de aumento da impunidade. Obviamente, a pauta anticorrupção é de primeira importância, mas é preciso considerar aqui o contexto histórico de manipulação midiática que fez aumentar sua percepção e ensejou na pauta o que se pode chamar de “antipetismo”, em que um dado partido político, o Partido dos Trabalhadores (PT) seria o principal vetor da corrupção do país.

A edição 286, de 2014, traz um artigo intitulado “Ameaças ao Estado brasileiro”, citando todo o pacote recorrente de críticas ao governo do PT da época, entre elas: 1. o denominado “absolutismo no poder”, que seria expresso pelo judiciário submetido ao executivo e pela “cooptação eleitoreira por meio da distribuição de demagógicas benesses financeiras com o dinheiro público (Bolsa-família, indenizações políticas, UNE, MST, etc.”); 2. a dita corrupção pandêmica e impunidade, com “crescente evasão financeira pública (empréstimos favorecidos a países de inclinação esquerdista)”; 3. a “tibieza e incompetência nas relações internacionais”, relatando a “pusilanimidade do governo, ao ceder às pressões internacionais de toda ordem, devido a um alinhamento equivocado com governos de esquerda, no continente americano e no mundo (Cuba, Venezuela, Bolívia, Equador, Irã, etc.”); 3. agravos à soberania e integridade nacionais, em razão

da subordinação da política governamental e sua “criminosa adesão à Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas”. O artigo finaliza conclamando uma “atitude enérgica do Povo Brasileiro por meio de manifestações públicas e da imprensa confiável para protestar contra esse estado de apreensão da Sociedade, a fim de exigir dos líderes das Instituições Nacionais a correção das ameaças ao Estado Democrático de Direito”. Enfim, o artigo resume o conjunto de ideologias comumente presentes na Revista da aeronáutica, com especial adesão à pauta estadunidense de vilanização de países que se indispõem com seus interesses imperialistas e já prenunciando a pauta anticorrupção como carro chefe para os protestos contra o governo federal que desencadeariam no movimento lavajatista.

A edição 289, publicada em 2015, reflete bastante o contexto ideológico de vilanização do governo Dilma que já vinha sendo propalado pela grande mídia corporativa, influenciando fortemente a opinião política dos autores contumazes da revista que traz nesta edição vários artigos manifestando descontentamento e condenações ao governo Dilma. Um destes artigos, usando o dantesco título de “A Falência Econômica e Moral de uma Nação”, informa que o governo Dilma se sobrecregou com “esmola em prol de voto, ou seja, cabe a cada brasileiro, um óbice extra para a manutenção de bolsas e inúmeros benefícios [...]”, sem citar nenhum estudo ou fazer nenhuma análise do impacto do bolsa-família, para pegar um exemplo forte, na segurança alimentar de vários de nossos cidadãos e na educação que tal programa indiretamente incita. Na sequência, o artigo dispara contra “os empréstimos ou esmolas do BNDES para outras nações impregnadas do socialismo festeiro, conforme determinação do Foro de São Paulo, que já destacamos como o maior poder no atual desgoverno nacional”. De novo, o artigo não explicita este aludido poder do “Fórum de São Paulo”, não faz uma análise política de como esta entidade exerceria poder no Brasil, não faz menção à composição política da Câmara dos deputados, então bastante hostil ao governo Dilma e, por fim, não traz nenhuma análise dos tais empréstimos, para quais empresas foram, com que juros, com que impacto, etc. Enfim, trata-se de mais um artigo de panfletagem ideológica, sem base na realidade empírica mais aprofundada.

É interessante notar que alguns artigos refletem uma consciência com a defesa nacional. Por exemplo, um artigo da edição 289, alertando que Estados Unidos e Europa estão sempre monitorando nosso país, traz o seguinte sobre o Pré-sal: “é notória a cobiça internacional direcionada à exploração do combustível fóssil naquela área”. Entretanto, o artigo não considera as novas modalidades de guerra híbrida, informacional, *lawfare*, etc., conduzidas diretamente dos Estados Unidos e que ameaçavam a estabilidade sócio-política do Brasil, atacando, por manipulação midiática e popular, o governo brasileiro de tendência nacionalista e desenvolvimentista. Ocorreu que uma das primeiras medidas do governo que assumiu o poder executivo brasileiro após a derrubada da presidente Dilma, foi a desnacionalização da exploração do Pré-sal, abrindo brechas para exploração destes ativos por parte de empresas estrangeiras cuja principal função é o lucro a ser distribuído entre seus acionistas por meio de dividendos que, acrescente-se, não são tributados no

Brasil. Ou seja, o “ataque” a esta riqueza nacional não se deu por meios convencionais, militares, mas por operações do que se pode denominar de guerra cognitiva, informacional.

Em resumo, o que impera como tendência ideológica dos artigos da revista é o ataque ao protagonismo estatal como organizador da economia, sem sequer observar este mesmo papel centralizador em países que são tidos como exemplos de países que conduzem economias liberais, como, por exemplo, Estados Unidos e Alemanha. Exemplo deste posicionamento ideológico, que se encontra espalhado em basicamente todas as edições da revista, pode ser visto em artigo da edição 290 que, utilizando expressões mal-intencionadas como “empresários cooptados pelo BNDES” e “modelo lulopetista” de centralização de monopólios estatais” (leia-se Petrobrás e Eletrobrás), passa a atacar a tentativa de preservar os patrimônios nacionais pela ação racional do Estado, pregando, em oposição, um tipo de “ultroliberalismo” em que tudo deve ser privatizado, com exceção das próprias Forças Armadas. Outro exemplo de exposição da ideologia burguesa se encontra na edição 291, que traz um artigo que se propõe a tratar da “falácia sobre a Luta de Classes”, a partir de um entendimento limitado sobre o que este conceito significa na tradição marxista. Falta uma compreensão histórica das obras de Marx e Lênin, no que trazem de crítica ao Estado burguês e sobre como ele pode ser superado. O artigo se limita a defender um “Estado isento” para melhor resolver qualquer discordância entre trabalhadores e patrões, aqui também tratados dentro da ótica da moral burguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período analisado - nos anos em que se cultivou, sistematicamente e com grande empenho, por parte dos grandes meios de comunicação de massa o denominado “antipetismo”, a demonização da esquerda brasileira, culminando com a derrubada do governo Dilma - não há um artigo nas várias edições da revista que traga a defesa de uma pauta popular ou progressista, em prol dos direitos dos trabalhadores ou de defesa do estado de bem-estar social. Pelo contrário, a ideologia política que se destaca na Revista da Aeronáutica pode ser denominada neoliberal, com seu desdobramento “anticomunista”, com tudo o que isto significa, segundo seus próprios enunciadores, ou seja, em oposição a todas as pautas do campo popular e progressista do país. De forma sintética, pode-se afirmar que a revista, muitas vezes de forma bastante declarada, se opôs às seguintes pautas: reforma agrária e respeito às terras de povos originários e quilombolas, combate ao racismo, à homofobia e ao machismo; defesa de políticas sociais, de uma melhor distribuição de renda, do emprego e dos direitos trabalhistas; taxação de grandes fortunas, heranças, dividendos e combate ao financismo em oposição ao capital produtivo; defesa das empresas estatais em seu papel de proteger e desenvolver a economia nacional; defesa da Universidade e do ensino público, gratuito, de qualidade e não militarizado; respeito à participação legítima da sociedade civil em seus vários movimentos sociais, ao invés de os

criminalizar; defesa do Estado Democrático de Direito e de suas instituições.

Todas as edições da revista do período analisado trazem algum artigo que reproduz a ideologia neoliberal, em suas expressões anticomunista e antipetista. Observou-se certa suspeição e má-vontade para com os governos federais liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Por outro lado, esta marcação cerrada não se verificou em nenhum momento do governo posterior de Michel Temer. Por exemplo, a Reforma Tributária tão cobrada durante o governo Dilma, sequer foi lembrada após o seu término. Pode-se então concluir que o conjunto de ideologias políticas presentes na Revista da Aeronáutica incentivou e referendou o enorme movimento midiático nacional, impregnado tanto na mídia tradicional como nas plataformas de redes sociais, que levou à derrubada da Presidente Dilma.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Há 40 anos, Lei da Anistia preparou caminho para fim da ditadura.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-40-anos-lei-de-anistia-preparou-caminho-para-fim-da-ditadura>. 5/8/2019

FERNANDES, Luís Eduardo. **A Internacional da Lava Jato: imperialismo, nova direita e o combate à corrupção como farsa.** São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2024.

FINER, S. E. **The man on horseback; the role of the military in politics.** 1962.

FITCH, J. Samuel. **The Armed Forces and Democracy in Latin America.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1998.

FREIXO, Adriano. “Os militares e Jair Bolsonaro”. **Revista Teoria e debate.** Ed. 178, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

FREIXO, Adriano. Os militares e o governo Jair Bolsonaro: entre o anticomunismo e a busca pelo protagonismo. 1. ed. Copenhagen: Zazie Edições, 2020.

HUNTINGTON, Samuel P. **O soldado e o Estado; teoria e política das relações entre civis e militares.** Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1996. (1^a ed. em inglês: 1957).

LOURENÇÂO Humberto J. “A presença da ideologia anticomunista no ideário castrense”. In: ROCHA, Marcio & FIGUEIREDO, Eurico L. (Orgs.). **Estudos Estratégicos & Relações Internacionais; o protagonismo da China no Século 21.** Niterói (RJ): Editora Luzes, 2020.

MOTTA, Rodrigo. P. S. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964).** São Paulo: Perspectiva, 2002.

OLIVEIRA, Eliézer R & SOARES, Samuel A. Forças Armadas, direção política e formato institucional. In: D'ARAUJO, Maria C & CASTRO, Celso. **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000.

PODER 360. Relatório da PF diz que militares da ativa incentivaram “golpe de Estado”. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/justica/relatorio-da-pf-diz-que-militares-da-ativa-incentivaram-golpe-de-estado/>. Consultado em? 10/07/2023.

PRZEWORSKY, Adam. “Como e onde se bloqueiam as transições para a democracia?”. In MOISÉS, José A. e ALBUQUERQUE, José A. G. **Dilemas da consolidação da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ROUQUIÉ, Alain. **O extremo-ocidente; introdução à América Latina**. São Paulo, Edusp, 1991. (1^a ed. em francês: 1987).

SANTOS, Eduardo H. J. **Ativismo e extrema-direita no meio militar: tensões e discursos que antecederam ao bolsonarismo (1984-1998)**. Brasiliana: Journal for Brazilian Studies, v. 10, p. 272-294, 2022.